



CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
DEPARTAMENTO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA REDAÇÃO E
CIDADANIA

PARECER

PROJETO DE LEI N° 180/2025.
AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE
ARRECAÇÃO DE RECURSOS
VINCULADOS A RECEITA.

- RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de R\$837.992,00(oitocentos e trinta e sete mil,novecentos e noventa e dois reais).Secretaria Municipal de Saúde - melhorar e fortalecer o atendimento para realização de serviço de qualidade, seguindo os preceitos do Sistema Único de Saúde -SUS na média e alta complexidade, que será utilizado na prestação de serviços de terceiros.

Os autos vieram com o projeto de lei, acompanhado de justificativa e com encaminhamento à Comissão de Permanente de Constituição Justiça Redação e Cidadania.
É o relatório.

- FUNDAMENTAÇÃO

Analisando-se a redação e a justificativa do projeto, observa-se que a propositura não padece de vícios, revelando sua constitucionalidade.

Inicialmente, observa-se que o projeto está de acordo com o artigo 30, I, da Constituição Federal e artigo 8, I, da lei orgânica de Rolim de Moura, que trata da competência legislativa dos Municípios:

Art. 8º. - Compete ao Município:
I - Legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)"



CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
DEPARTAMENTO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA REDAÇÃO E
CIDADANIA

Percebe-se que o inciso I, do artigo 8, da Lei Orgânica Municipal indica que a competência legislativa municipal abrange assuntos de interesse local. Segundo Dirley da cunha Júnior, entende-se, por interesse local *"não aquele interesse exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo direto."*

Por sua vez, compulsando atentamente o texto da Carta Magna, notadamente, no seu artigo 30, inciso I, que trata da competência dos Municípios, se denota de forma clarividente, que é garantido ao Município:

"Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interes- se local;
II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;"

A abertura de crédito adicional especial, se faz necessária quando não há dotação orçamentária suficiente em uma rubrica, como ocorre no presente caso e como se verifica nos artigos 40,41 e 42 da Lei 4.320/64, que *"Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos or- çamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal"*,

Vejamos :

"Art.40. São créditos adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orcamento.

"Art. 41. Os créditos adicionais classifi- cam-se em:
I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
(...)

"Art. 42. Os créditos suplementares e es- peciais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos su- plementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à



CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
DEPARTAMENTO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA REDAÇÃO E
CIDADANIA

despesa e será prece- dida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não com- prometidos:

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício an- terior;”

Assim , impondo limites às ações do executivo, os dispositivos supramencionados pretendem limitar o gasto público ao previsto no orçamento, que é valorizados na medida em que exige autorização legislativa para abertura de créditos estranhos ao orçamento vigente.

Os artigos 1º e 2º do Projeto de Lei em comendo , solicita autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação, nos valores acima mencionados , objetivando melhorar e fortalecer o atendimento para realização de serviço de qualidade, seguindo os preceitos do Sistema Único de Saúde -SUS na média e alta complexidade, que será utilizado na prestação de serviços de terceiros.

O projeto de Lei veio instruído com Memorando nº 332/SEMUSA/2025, o qual motiva a necessidade da abertura do crédito .

O provável excesso de arrecadação resta demonstrado, através da previsão de ingresso da receita no ano em curso , em que caracteriza o provável excesso de arrecadação consoante extrato bancário juntado .

O resquitos , exposição justificativa, aperfeçoa-se com a juntada do Memorando esclarecendo os motivos da alteração orçamentária.

CONCLUSÃO

Por todo Exposto, esta Comissão permanente de constituição justiça redação e cidadania opina pelo PARECER FAVORÁVEL DA CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei n. 180/2025.

É o parecer, salvo entendimento diverso.



CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
DEPARTAMENTO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA REDAÇÃO E
CIDADANIA

Rolim de moura, 08 de outubro de 2025.

ROSA
JANETE
CARNEIRO

LINS 5888
0836234

ROSA JANETE CARNEIRO LINS
Presidente /Relatora

Assinado digitalmente por ROSA
JANETE CARNEIRO
LINS 58880836234
ND: C=BR, CN=CP-Brasil, OU=
AG SOLUTI Múltipla v5, OU=
3776789000171, OU=
Presença: OU=Certificado PF
A3, CN=ROSA JANETE
CARNEIRO LINS 58880836234
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Rolim de Moura/RO
Data: 2025.10.08
09:58:41
09:00
Foxit PDF Reader Versão:
2024.2.2

THIAGO GONÇALVES DA LUZ
Membro

ADAIR CARDOSO
Membro